

1
2 Aos **vinte e cinco** dias do mês de **agosto** do ano de **dois mil e onze**, na Sala de reuniões do
3 Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, na sede da Secretaria de Políticas para Mulheres, no
4 Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, foi realizada a **quinta Reunião**
5 **Ordinária** do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - **mandato 2010/2013** para tratar da
6 seguinte pauta: **1)** 3ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres; **2)** Reestruturação da
7 SPM; **3)** Marcha das Margaridas; **4)** Comemoração de Aniversário da Lei Maria da Penha; **5)**
8 PPA – Plano Plurianual e Orçamento; **6)** Aprovação da Ata da Reunião dos dias dezoito e
9 dezoito de maio; **7)** Posse das novas Conselheiras Governamentais e da Sociedade Civil; **8)**
10 Conferência Nacional de Saúde; **9)** Rede Cegonha; **10)** Frente Nacional pela Legalização do
11 Aborto. Estiveram presentes as seguintes **Conselheiras representantes governamentais:** I)
12 Ministra Iriny Lopes – Secretaria de Políticas para as Mulheres; II) Rosana Ramos – Secretária-
13 Executiva da Secretaria de Políticas para as Mulheres; III) Verônica Maia - Suplente Secretaria
14 de promoção da Igualdade Racial –SEPPIR; IV) Jana Macedo - suplente Secretaria dos Direitos
15 Humanos da Presidência da República –SDH; V) Magaly de Carvalho Correa Marques- Casa
16 Civil da Presidência da República– PR ; VI) Danielle Salviano Barbosa- suplente Casa Civil da
17 Presidência da República– PR;VII) Thais Borges da Silva Pinho Werneck- Ministério da
18 Cultura; VIII) Andréa Lorena Butto Zarzar - Ministério Desenvolvimento Agrário - MDA;
19 IX) Bárbara Pincowska Cardoso Campos - suplente Ministério do Desenvolvimento Social e
20 Combate a Fome- MDS; X) Daiane de Oliveira Lopes– Suplente Ministério da Educação; XI)
21 Maria do Rosário de Holanda Cunha Cardoso – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
22 - MPOG; XII) Maria Esther de Albuquerque Vilela – Ministério da Saúde; XIII) Gláucia Gauch -
23 Ministério das Relações Exteriores – MRE; XIV) Fabrício Araújo Prado - Suplente Ministério
24 das Relações Exteriores – MRE; XV) Adriana Rosa dos Santos – Suplente Ministério do
25 Trabalho e Emprego; **Conselheiras representantes da Sociedade Civil:** XVI) Nelita Frank-
26 Articulação de Mulheres Brasileiras- AMB; XVII) Maria das Dores do Rosário – Articulação de
27 ONG's de Mulheres Negras – AMNB; XVIII) Glória Márcia Percinoto – Associação Brasileira
28 de Mulheres de Carreira Jurídica-ABMCJ ; XIX) Gláucia Morelli – Confederação de Mulheres
29 do Brasil - CMB ; XX) Graciela Susana Rodriguez – Instituto Equit – Gênero, Economia e
30 Cidadania Global; XXI) Maria Goretti Gomes- Liga Brasileira de Lésbicas- LBL; XXII) Claudia
31 Rejane Prates- Marcha Mundial de Mulheres- MMM SOF; XXIII) Justina Inês Cima –
32 Movimento de Mulheres Camponesas-MMC; XXIV) Vera Lúcia Ubaldino Machado – Rede
33 Economia e Feminismo-REF; XXV) Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos – Rede Nacional
34 Feminista de Saúde; XXVI) Suplente- Sueli Batista- Federação das Associações de Mulheres de
35 Negócios e Profissionais do Brasil- BPW Brasil; XXVII) Estela Maria Motta Lima Leão de
36 Aquino – Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ABRASCO; XXVIII)
37 Carmen Foro – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; XXIX)
38 Suplente Sônia Maria Zerino da Silva- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria-
39 CNTI; **Convidadas:** Gleidy Braga Ribeiro – Secretaria Nacional de Juventude – SG/PR; Tani
40 Vieira – Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR; Maria Aparecida Abreu – IPEA; A ministra
41 Iriny Lopes abriu a reunião com uma série de informes. Sobre a 3ª CNPM informou que as
42 conferências estão em curso e que já temos mais de 1100 municípios envolvidos em conferências
43 municipais ou regionais. Todas as Conferências Estaduais já estão com data marcada e
44 concentram-se em outubro. Informou que a SPM passou recentemente por uma reestruturação e
45 que algumas mudanças foram realizadas. Que Lucia Camini assumirá a Subsecretaria de
46 Articulação Institucional e Ações Temáticas e Rosângela Rigo será a Diretora desta mesma
47 Subsecretaria. A subsecretária interina de Planejamento será Tatau Godinho. Anunciou também
48 que muito rapidamente terá o nome para assumir a Secretaria Executiva do CNDM. Em relação a

49 Marcha das Margaridas a ministra relatou o processo de negociação da pauta. A negociação
50 dentro do governo foi feita pela SPM em parceria com a coordenação da Marcha. A pauta tratou
51 de temas relacionados ao MDA, MMA, financiamento, educação e saúde. Foi criado um Fórum
52 de ministros e ministras para debater com a coordenação da Marcha. Alguns avanços já foram
53 conseguidos nessa negociação e outros pontos continuam a ser discutidos. Dos 150 pontos
54 levantados, 23 foram considerados prioritários. A pauta detalhada será encaminhada ao CNDM.
55 A ministra informou ainda da visita que fez ao acampamento da Via Campesina, no dia 24 de
56 agosto. Durante a visita foi apresentada a pauta global que trata da reforma agrária e de
57 financiamento. A pauta das mulheres é semelhante a da Marcha das Margaridas, tratando, entre
58 outros temas, do acesso ao crédito e do enfrentamento à violência contra as mulheres. Informou
59 que durante as comemorações dos 5 anos da Lei Maria da Penha foram realizadas um conjunto
60 de atividades em parceria com o movimento de mulheres e diferentes instituições. Houve um
61 grande ato no Rio de Janeiro, de caráter nacional, no dia 5 de agosto, com a presença de cerca de
62 5 mil mulheres, entre gestoras estaduais e municipais, representantes do CNDM e de conselhos
63 estaduais e municipais, dos movimentos sociais de mulheres e de diferentes ministérios.
64 Destacou a representatividade do evento e as parcerias com a Petrobras, ONU Mulheres,
65 Fundação Progresso, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Redes de Comunicação. Salientou
66 ainda que a SPM se dividiu para participar de atividades em diferentes estados e municípios. No
67 período de comemorações Paraíba e Rondônia instituíram Juizados Especiais, Paraíba e
68 Rondônia. Com isso Sergipe é o único estado que ainda não tem um Juizado Especial. A ministra
69 informou que já existem articulações para a sua instituição. A ministra destacou que o balanço é
70 positivo mas também deixou claro os desafios que ainda existem pela frente. Em seguida a
71 ministra deu um informe sobre o PPA falando sobre a nova metodologia utilizada pelo
72 Ministério do Planejamento para a sua elaboração, com grandes programas com iniciativas,
73 metas e objetivos e a tentativa de se ter uma maior integração entre os temas e as políticas dos
74 diversos ministérios. O PPA anterior tinha 360 programas e o atual foi reduzido para 65 grandes
75 programas. A SPM terá um programa geral, antes tínhamos dois programas temáticos e um de
76 gestão. A ministra relatou o longo processo de discussão e o esforço que foi feito para levarmos
77 à frente o acordo feito na última reunião do CNDM, de termos 2 programas, um de autonomia
78 das mulheres e outro de enfrentamento à violência contra as mulheres, mas que a decisão do
79 governo, explicitada pelo Ministério do Planejamento foi a de a SPM ter um programa somente,
80 que abarcasse os dois grandes temas: autonomia e enfrentamento à violência. Destacou que, a
81 partir de gestões da SPM, entre as diretrizes gerais do PPA foi incluída a igualdade entre
82 mulheres e homens. Anunciou que a proposta final do PPA será entregue ao Congresso em 31 de
83 agosto e que entre os desafios para o próximo período está a efetiva vinculação orçamentária e o
84 compromisso de implementação da pauta das mulheres pelos demais órgãos do Governo. Falou
85 sobre os 9 objetivos do programa e seus indicadores (anexo 1). Após a explanação da ministra
86 foi aberto o debate. Gláucia Morelli (CMB) falou de sua participação no Fórum Inter-Conselhos
87 e pediu um debate sobre documento que encaminhou que trata do orçamento e da necessidade de
88 se ampliar os recursos da SPM, bem como das dificuldades dos municípios acessarem os
89 recursos. Apontou ainda as dificuldades do PPA de ser monitorado em quanto dos recursos estão
90 sendo gastos e aonde. Graça Costa (MAMA) destacou a importância do debate político sobre o
91 PPA e o papel do CNDM nesse debate; a articulação do orçamento com o PPA nas políticas para
92 as mulheres, que inclui a SPM e os outros ministérios. Falou da necessidade das políticas
93 chegarem à ponta e de se incidir no processo junto aos municípios. Destacou o papel das
94 Câmaras Técnicas do CNDM e da necessidade destas terem indicadores que contribuam para o
95 empoderamento das mulheres. Por fim apontou a necessidade de se fazer o debate sobre o papel
96 do CNDM e do orçamento do próprio CNDM. Andréa Butto (MDA) destaca como positivo que
97 as políticas do Governo para enfrentar a crise tiveram a preocupação de não penalizar os mais

98 pobres e a necessidade de se olhar o conjunto do PPA, para se analisar quais os cortes e quais as
99 políticas preservadas, a exemplo das políticas sociais. Explicou que a lógica do PPA foi de
100 condensar e destacou a ampliação do orçamento do MDA para políticas para as mulheres. Sônia
101 Zerino da Silva (CNTI) informou que tem feito oficinas e encontros com as mulheres
102 trabalhadoras, estimulando a participação nas conferências com base na pauta das trabalhadoras
103 e reivindicou a participação das Secretarias de Mulheres das Centrais Sindicais – CTB, UGT,
104 Nova Central e Força Sindical – como convidadas na 3ª CNPM. Vera Machado (REF) destacou
105 a importância de termos colocado uma diretriz geral sobre a igualdade entre mulheres e homens
106 no PPA; a necessidade de se pensar os mecanismos de monitoramento; e, por fim, apresentou a
107 proposta de o CNDM realizar uma oficina para aprofundar o tema do PPA e do Orçamento. Rosa
108 de Lourdes (RFS) destacou que a integração é importante e que a racionalização das ações e
109 recursos, propostas no PPA é interessante. Apontou sua preocupação com os partidos que se
110 sentem “donos” dos ministérios e que a política tem de estar acima dos interesses partidários.
111 Destacou que a visibilidade da SPM tem de ser mantida e a necessidade de se ter recursos para se
112 tratar do tema das mulheres nos espaços de poder. Nelita Frank (AMB) destacou a importância
113 do monitoramento e a dificuldade dos ministérios cumprirem seus acordos. Criticou a lógica
114 patrimonial de atuação de diferentes ministérios e questionou o diálogo que a SPM tem mantido
115 com a Presidenta e outros ministérios, destacando a necessidade de se ter uma visão de Governo.
116 Rosana Ramos (Secretária Executiva SPM) informou que a execução orçamentária está
117 disponível na internet e que a previsão da SPM é de que o orçamento será executado na sua
118 totalidade. Que foram abertos editais e já temos 47% do orçamento empenhado. Informou que
119 deverá haver uma nova reunião do Interconselhos e que existe a intenção de que todo o CNDM
120 participe. Informou também que o Ministério de Planejamento tem interesse de fazer o
121 cruzamento dos orçamentos de todos os ministérios com políticas para as mulheres. Por fim,
122 falou das iniciativas de articulação entre os ministérios, a partir da divisão do governo em
123 Fóruns, com a participação da SPM no Fórum Direitos e Cidadania. Tatau Godinho
124 (Subsecretária de Planejamento SPM) esclareceu dúvidas sobre o novo PPA e informou que a
125 partir do dia 31 de agosto o texto geral do PPA será público, com a entrega ao Congresso;
126 indicou que existe a possibilidade de ações que aparecem como não orçamentárias depois se
127 tornem orçamentárias. Que a LOA já está no Congresso desde 30 de abril e que o Orçamento será
128 apresentado em 30 de setembro. Por fim, detalhou alguns dos indicadores previstos no PPA
129 (Anexo 1). Às 13h20 a reunião foi interrompida para o almoço. Retomada às 14h20, foram
130 justificadas as ausências das conselheiras governamentais: Ana Carolina- SDH; Antônia Samir-
131 MMA; Maria de Fátima - MCT ; Monica Rodrigues - MDS Thaís Werneck- MinC e Magaly
132 Marques- SEPPIR , das conselheiras da sociedade civil: Aparecida Malavazi – CGTB; Creuza
133 Maria – FENATRAD; Clara Goldman – CFP; Elza Campos- UBM; Isis Tavares- CNTE ;
134 Silvana Veríssimo – FNMN; Viviane de Oliveira- FETRAF e a conselheira de Notório
135 conhecimento das questões de gênero Jacqueline Pitanguy. Aprovada por unanimidade a ata da
136 reunião dos dias 18 e 19 de maio de 2011. Foi dada posse a Fabrício Araújo Prado, suplente do
137 Ministério de Relações Exteriores. Em seguida foi aberto para que Maria de Lourdes Rodrigues e
138 Maria do Espírito Santo dessem um informe sobre a Conferência Nacional de Saúde (Anexo 2).
139 Elas indicaram que já foram realizadas 4125 conferências municipais e que será realizada uma
140 vídeo conferências com as comissões organizadoras estaduais. Indicaram ainda que deverá ser
141 assegurada a participação de uma representante do CNDM na Conferência Nacional de Saúde.
142 Informaram também sobre a reunião organizada pela SPM e MS com organizações de mulheres
143 para articular as Conferências de Saúde e de Políticas para as Mulheres e a
144 necessidade realizada. Por fim, as duas destacaram a necessidade de se assegurar a fala de uma
145 mulher em uma das mesas que trate do tema central da Conferência. Maria Esther Albuquerque
146 Vilela representante do MS deu um rápido informe sobre a Rede Cegonha, destacando que a área

147 de saúde da mulher também é transversal e que a Rede Cegonha deve ser vista como estratégica
148 para a garantia dos direitos das mulheres, como oportunidade para avançarmos no enfrentamento
149 da morte materna. Indicou que a Rede Cegonha se propõe a chegar aos territórios, capilarizando
150 o serviço, com a criação do Grupo Condutor da Rede Cegonha nos Estados, que definirá regiões
151 prioritárias para diagnósticos quantitativos e qualitativos que serão base para a elaboração de
152 planos de ação. Destacou a dificuldade de se introduzir mudanças de modelos e que o MS abriu
153 edital para convênios, mas não conseguiu a adesão necessária. Destacou que a questão do
154 enfrentamento à violência está sendo central e que isto repercutirá na ampliação da rede de
155 atendimento ao aborto legal. Cláudia Prates/ Marcha Mundial de Mulheres deu um informe sobre
156 a audiência pública da Frente Nacional pela Legalização do aborto realizada no Senado Federal,
157 destacando a preocupação com o número de projetos de lei bastante conservadores que tramitam
158 na Câmara e no Senado e a importância de levantarmos a bandeira da autonomia das mulheres.
159 Apontou o perfil das mulheres que fazem aborto, na sua maioria negras, pobres e sem recursos.
160 Destacou a importância da adesão à Frente da OAB-RJ e das blogueiras feministas e informou
161 que entre as estratégias de atuação definidas estão: pautar nas conferências, em especial na
162 Conferência Nacional de Saúde e de Políticas para as Mulheres, a necessidade de atendimento às
163 mulheres em situação de abortamento como um direito, independente de se o aborto foi
164 provocado ou não; moções de repúdio a todos os projetos que retiram direitos e criminalizam as
165 mulheres; o compromisso das organizações de municipalizar o debate sobre o aborto e a
166 mortalidade de mulheres. Por fim, informou ser importante termos informações sobre a situação
167 do aborto na América Latina e os serviços existentes para que possamos nos espelhar nos bons
168 exemplos e destacou a importância de uma rede de solidariedade internacional. Com a abertura
169 para o debate sobre os informes, Sônia Zerino da Silva (CNTI) informou que está organizando as
170 trabalhadoras para participarem da Conferência Nacional de Saúde olhando para a situação das
171 mulheres: doenças do trabalho, assédio, violência, problemas com a “alta programada”,
172 tabagismo e outras drogas, e que a CNTI tem elaborado cartilhas sobre esses temas. Fabrício
173 Araújo Prado (MRE) destacou a complexidade da divisão nacional e internacional e ressaltou a
174 importância das ODMs e a necessidade da superação da mortalidade infantil e materna. Estela
175 Aquino (completar instituição),apontou a necessidade de se ampliar o tempo das reuniões do
176 CNDM e a importância de se ter representação feminista no âmbito da organização da
177 Conferência Nacional de Saúde. Apontou também sua preocupação de o Brasil cumprir metas
178 em relação a infância, mas não em relação às mulheres, e que a questão da qualidade do
179 atendimento e do financiamento são centrais; que as questões corporativas são um grave
180 problema e devem ser enfrentadas. Afirma que a Rede Cegonha toca questões importantes, mas
181 que a sociedade precisa de mais informações sobre metas e propostas, e que não se pode falar em
182 saúde pública sem falar em aborto. Denuncia que estão sendo realizadas curetagens sem
183 anestesia. Aponta a necessidade da discussão do aborto ser colocada nos diferentes espaços e que
184 o Brasil é exemplo em algumas iniciativas – como doenças imunopreveníveis, vacinação infantil,
185 DST/AIDS, mas em outros não. Rosa de Lourdes (RFS) cumprimenta as companheiras que
186 fizeram o relato da Conferência de Saúde e lembra que em 2004 houve um Seminário Nacional
187 que reuniu o Conselho Nacional de Saúde e o CNDM, sugerindo que se faça outra reunião
188 semelhante. Em relação à Rede Cegonha destacou que esta dá conta de uma fase da vida das
189 mulheres e que é necessário termos políticas para as outras fases. Indica que no Conselho
190 Nacional de Saúde saiu à indicação de se fazer uma nova Conferência de Saúde das Mulheres e
191 reforçou a demanda de Estela Aquino de que a reunião do CNDM seja de no mínimo dois dias.
192 Maria do Espírito Santo (CNS) ressaltou a importância de se atingir a meta dos ODMs e o
193 conceito de integralidade como central da Política Integral de Saúde da Mulher. Apontou que a
194 Rede Cegonha é importante, mas que outras questões também têm de ser enfrentadas, entre elas
195 o câncer de mama, os temas das mulheres idosas e a qualificação dos médicos. Por fim, destacou

196 a necessidade de no ano que vem realizarmos a 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres
197 e de que isso já foi articulado com o ministro da Saúde. Lourdinha Rodrigues (CNS) ressaltou a
198 importância do diálogo e apontou a necessidade deste ser feito com mais frequência. Destacou a
199 gravidade do momento que vivemos em relação à saúde das mulheres com o crescimento da
200 onda fundamentalista e a importância da reunião conjunta realizada que definiu uma pauta
201 comum da saúde na mulher na Conferência Nacional de Saúde e na Conferência Nacional de
202 Políticas para as Mulheres, com destaque para a implementação da Política Integral de Saúde das
203 Mulheres. Glória Márcia Percinoto (ABMCJ) sugeriu que o CNDM aprovasse uma nota pedindo
204 justiça e a apuração do assassinato da juíza Patrícia Acioly. A aprovação da nota (Anexo 3) foi
205 unânime. Sugeriu ainda que o CNDM apoiasse a candidatura de Salete Macaloz à vaga de Ellen
206 Gracie. Rosa de Lourdes (RFS) destacou a necessidade de se conhecer a realidade do aborto no
207 Brasil e fez referência aos Dossiês organizados pela Jornada pela Legalização do Aborto como
208 um material muito importante. Sugeriu ainda que o CNDM e a SPM organizassem um Seminário
209 para pautar essa discussão. Estela Aquino/Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde
210 Coletiva apoiou a sugestão da Rosa de Lourdes e faz referência a edital que o DECIT/MS lançou
211 apoiando pesquisas sobre o aborto, sugerindo que a SPM tornasse visível essa produção e
212 informou que o projeto que desenvolve sobre o aborto colocará à disposição o questionário
213 utilizado. Claudia Prates/ MMM sugere que o CNDM retome o grupo de trabalho sobre o aborto
214 para possibilitar a ampliação do debate para todos os Estados e se pensar ações a serem
215 desenvolvidas, destacando a importância dos serviços de acolhimento. Nelita Frank (AMB)
216 ressaltou que existem outras mulheres candidatas, além de Salete Macaloz e sugere que se
217 fizesse um levantamento das mulheres candidatas e que a nota do CNDM fosse ao sentido de que
218 uma outra mulher ocupasse a vaga e sobre a necessidade de se ampliar o número de mulheres
219 nesses espaços. O ponto seguinte abordado foi sobre os encaminhamentos em relação à 3ª
220 CNPM e uma primeira avaliação sobre a estrutura da programação da Conferência (Anexo 4).
221 Justina Cima/ Movimento de Mulheres Camponesas destacou a prioridade que deve ser dada às
222 conferências no interior dos Estados e que no seu Estado estão previstas 9 Conferências
223 Regionais, num processo de discussão bastante rico. Demonstrou preocupação com a diversidade
224 do País e falou da necessidade de se valorizar e potencializar essas diferentes realidades. Estela
225 Aquino (ABRASCO) apontou a necessidade do título do Painel 1 fazer referência à questão das
226 desigualdades e do Painel 2 incluir também o tema social, minimizando a ênfase dada ao
227 econômico. Chamou a atenção para o nome do grupo 3, indicando ser reducionista falar somente
228 de autonomia “física”, sugerindo incluir “mental” ou “reprodutiva e sexual”. Maria Goretti
229 (LBL) deu um informe sobre a realização da conferência municipal de Natal e sugeriu incluir
230 explicitamente no debate dos grupos a questão de uma educação não homofóbica e lesbofóbica e
231 apontou a necessidade de se pensar uma metodologia de trabalho nos grupos que incorpore
232 claramente as questões do eixo 9 do II PNPM. Vera Machado (REF) sugere que se coloque em
233 vez de autonomia física, autonomia do corpo, e que o Painel 1 deveria se chamar “As mulheres e
234 o desenvolvimento econômico e social do País”. Durica (AMNB) resalta a importância da
235 metodologia utilizada nos grupos de trabalho para que os temas abordados no eixo 9 do II PNPM
236 não se percam. Graça Costa (MAMA) apóia as falas que a antecederam e destaca a importância
237 da metodologia utilizada na conferência e aponta para a realização de um painel que trate dos
238 temas dos eixos 9 e 10 do II PNPM. E resalta a preocupação do excessivo número de temas
239 previstos para discussão nos grupos de trabalho. Destaca a importância de se debater o tema do
240 trabalho das mulheres na biodiversidade e sua relação com as grandes empresas, a exemplo das
241 empresas de cosméticos. Aponta a necessidade de se garantir os direitos sociais das mulheres que
242 são mão de obra dessas empresas e a usurpação que se faz dos seus conhecimentos e da sua
243 produção. Rosa de Lourdes (RFS) apóia as colocações de Graça Costa e levanta o incômodo com
244 o Prêmio recebido pela Avon, apontando a necessidade de uma reflexão política. Concorda com

245 a posição de outras conselheiras de que o título de um dos GTs não deve ser autonomia “física” e
246 a importância de se dar destaque nos debates ao tema da participação e controle social. Andréa
247 Butto (MDA) indica que no Painel 2 a idéia era problematizar a conjuntura, ao se colocar “novo
248 momento”. E sugere em vez de “social e econômico” utilizarmos “desenvolvimento sustentável”.
249 Em relação aos grupos de trabalho aponta que os temas dos GTs 1 e 4 são muito integrados,
250 concordando com a posição de Goretti (LBL) da necessidade de integrar mais fortemente os
251 temas transversais nos debates do grupos. Destaca a importância de se pautar as questões
252 regionais, o rural e o urbano e de se orientar as conferências estaduais. Por fim, levanta a
253 importância das conferências temáticas. Vera Machado (REF) fala das dificuldades de
254 organização da conferência em São Paulo e aponta a necessidade de termos informações sobre o
255 IDH de Estados e Municípios. Nelita Frank (AMB) chama a atenção para a importância dos
256 temas do eixo 9 do II PNPM e que esses não podem ficar diluídos nos diferentes grupos. Lembra
257 sobre o Grupo de Trabalho que foi instituído para se pensar o eixo 9 do II PNPM e a necessidade
258 de um debate maior sobre os resultados desse GT. Aponta a necessidade do Painel 1 ressaltar a
259 questão das desigualdades e da justiça social e a possibilidade da discussão do eixo 7 do II
260 PNPM passar para o grupo de trabalho 1. Sueli Batista (BPW) destaca a pertinência das
261 preocupações apontadas por Graça Costa e Rosa de Lourdes sobre as mulheres empreendedoras
262 e as empresas de cosméticos e aponta a importância dos negócios coletivos que estão recebendo
263 pouco apoio, numa política que acaba incentivando majoritariamente os empreendimentos
264 individuais. Fabrício Araújo Prado (MRE) pede esclarecimentos sobre a participação de
265 Michelle Bachelet na 3ª CNPM. Adriana Rosa dos Santos (MTE) pede esclarecimentos sobre a
266 organização da conferência governamental. Graciela Rodrigues (Instituto Equit – Gênero,
267 Economia e Cidadania Global) destaca a necessidade de se incluir a questão internacional no
268 debate sobre o desenvolvimento econômico e uma análise crítica do aprofundamento do modelo
269 agroexportador e com pouca ênfase na industrialização que vem sendo adotado pelo Brasil,
270 destacando a impossibilidade de o Brasil sozinho modificar as relações internacionais. Aponta
271 para a necessidade de debatermos o papel das empresas brasileiras e do BNDES na região e na
272 arquitetura financeira regional e da infra-estrutura do País voltada para a exportação. Por fim,
273 aponta a necessidade de discussão alguns temas que não estão contemplados como as
274 negociações climáticas, a economia verde e a economia solidária. Em seguida foram dados
275 alguns esclarecimentos sobre a organização da 3ª CNPM: que haverá dias 8 e 9 de setembro uma
276 reunião da Comissão Organizadora Nacional para se aprofundar a proposta de programação e a
277 metodologia de discussão na conferência. Foi apontado que as observações feitas no CNDM
278 serão levadas em consideração durante a reunião. A conferência governamental deverá ser
279 realizada em novembro e no começo de setembro deverão ser encaminhadas algumas orientações
280 gerais sobre sua organização. Nelita Frank (AMB) abordou as demandas que chegam ao CNDM
281 e perguntou sobre a participação das conselheiras em conferências. Rosana Ramos (Secretária
282 Executiva da SPM) expôs as dificuldades de recursos para a participação nas conferências
283 municipais e a decisão da SPM de estar presente nas conferências das capitais e em todas as
284 Conferências Estaduais. Em seguida foram dados os informes das três Câmaras Técnicas que se
285 reuniram na tarde do dia 24 de agosto. Câmara Técnica de Assuntos Internacionais (Anexo
286 5), Câmara Técnica de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Anexo
287 6) e Câmara Técnica de Orçamento e Planejamento (Anexo 7). Com a pauta aberta para outros
288 informes, Gláucia Morelli (CMB) informa que participou de reunião na Secretaria Geral para
289 discutir o Fórum da Sociedade Civil da CPLP, que acontece de 28 a 30 de setembro em Brasília.
290 Sueli Batista (BPW) se colocou à disposição para integrar a Câmara Técnica de Assuntos
291 Internacionais, já que a BPW está organizada em diferentes países. Fabrício Araújo Prado
292 (MRE) destacou que uma brasileira, Sílvia Pimentel, preside atualmente o Comitê CEDAW e
293 destaca o trabalho do Itamaraty no processo de aprovação da Convenção sobre o Trabalho

294 Doméstico, se colocando à disposição para informações sobre temas internacionais. Andréa
295 Butto (MDA) informa que de 20 a 23 de setembro, em Gana, ocorrerá um seminário sobre o
296 empoderamento das mulheres rurais, realizado no âmbito da ONU. Relembra ainda que no ano
297 passado foi realizado um seminário internacional com as mulheres rurais para a construção de
298 uma agenda regional e que o Brasil se comprometeu, com a consolidação dos informes dos
299 países, a fazer uma nova reunião em Brasília ainda esse ano. No informe da Câmara Técnica de
300 Monitoramento do Plano é sugerida a instalação de um GT para se revisar o Regimento do
301 CNDM. No informe da Câmara de Orçamento e Planejamento é sugerido se fazer uma nova
302 edição de Seminários com os Conselhos Municipais e Estaduais. Rosana Ramos (Secretária
303 Executiva da SPM) sugere que na próxima reunião do CNDM conste como ponto importante da
304 pauta a questão do orçamento. Tendo em vista o adiantado da hora, dois pontos previstos
305 inicialmente na pauta foram adiados para a próxima reunião: a indicação de duas novas
306 conselheiras de Notório Conhecimento e a instituição da figura de Conselheira Emérita. Com
307 isso, deu-se por encerrada a reunião.

308

309